

Maçonaria segue viva e atuante por um Brasil mais justo

Kamel Aref Saab (*)

É quase impossível visitar alguma grande banca de jornal em uma capital brasileira e não se deparar com alguma revista sobre a Maçonaria

Se você realmente procurar, seja atrás dos especiais de receita ou mesmo acompanhada pelas publicações sobre pesca, invariavelmente vai encontrar pelo menos uma publicação que traz em sua capa o famoso símbolo que une o esquadro e compasso, quase sempre acompanhado de letras garrafais sobre "Segredos Revelados", "Entenda a Sociedade Secreta" ou algum outro chamariz para pescar os leitores mais curiosos.

Sem entrar no mérito da qualidade da produção jornalística desses folhetins, podemos garantir que uma estrutura base sempre se apresenta, abordando o papel da Maçonaria na história brasileira e mundial, assim como grandes Irmãos que mudaram o mundo com seus ideais e trabalho. É natural que uma instituição que já soma 300 anos de atuação no mundo e 196 no Brasil seja reconhecida e referendada por sua história. Mas o que não circula pelas páginas das publicações ou os blogs de curiosos a respeito da Ordem é o peso que essa herança tem para os Maçons de hoje.

Apenas falando de nosso País, a Maçonaria acumula feitos como a atuação fundamental na Abolição da Escravidão, Independência, Proclamação da República e mesmo na Redemocratização do Brasil, sempre exercendo seu papel de protagonista na luta pelo progresso e evolução social. Um currículo como esse, acompanhado pelo momento atribuído que o país atravessa hoje, é um chamado que ecoa entre todos os Maçons.

É com base nesse chamado e em nossa responsabilidade enquanto vanguarda da sociedade civil que o Grande Oriente de São Paulo, comparável ao Governo Estadual dentro da estrutura da Ordem, encabeça o projeto das 33 Medidas para um Brasil Justo e Perfeito. A missão é contribuir para o resgate de uma sociedade mais justa, sustentável e com igualdade de condições de desenvolvimento.

As 33 Medidas são um trabalho conjunto a ser construído, uma Pedra Bruta, como dizem os Maçons. A Maçonaria de São Paulo age como um catalisador, reunindo Irmãos e cabeças pensantes da sociedade brasileira para unir visões e corações com o objetivo de resgatar valores como civismo

e cidadania para um Brasil que vive tempos de imperfeição e injustiça.

O lançamento oficial do projeto se deu na Câmara Municipal de São Paulo com a presença de mais de 150 pessoas entre Irmãos, Autoridades Maçônicas, Legislativas, Cíveis e Militares que durante uma tarde inteira se reuniram para ouvir palestrantes renomados sobre desenvolvimento econômico, sustentabilidade, construção social e política e integração com a sociedade, pilares que sustentam o projeto das 33 Medidas. O primeiro de muitos encontros contou com a presença do Exército Brasileiro, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Durante os meses de maio e junho uma série de reuniões ocorrerão, levando a diversas camadas da sociedade civil a possibilidade de contribuir na construção das medidas, que têm sua elaboração final marcada para julho. Por fim, o lançamento do projeto coletivo concretizado se dará em agosto, mês em que é celebrado o Dia do Maçom. Mais do que permitir uma participação ampla da sociedade, esse cronograma permite que as 33 Medidas estejam prontas para serem apresentadas à sociedade e ao Poder Público antes das eleições, quando corriqueiramente os pleiteantes a cargos públicos apresentem seus planos de governo e buscam o apoio da Maçonaria em suas candidaturas.

Tendo em mãos um documento fruto de uma inteligência coletiva orientada pela melhor do Brasil, temos meios de exigir dos detentores do poder político a implementação de medidas fundamentais para mudar o cenário do País. Além da esfera política, o caráter colaborativo das 33 Medidas permite que estas sejam eixos orientadores para projetos da própria sociedade civil que as construíram, construindo uma ação coordenada de diversos atores pelo bem comum.

A mesma Maçonaria que ajudou a construir o Brasil norteado pelos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade segue viva, não silente ou absorta em passado como se imagina. Como Maçons que somos, entendemos nossa herança histórica e a responsabilidade que carregamos em lutar pela construção do mundo que queremos. Não há obra que se erga sem que na argamassa esteja misturado o suor do pedreiro.

(*) - É Grão-Mestre Estadual do Grande Oriente de São Paulo (GOSP), a maior Maçonaria da América Latina, representando mais de 25 mil maçons em todo o estado.

Francisco de Brito como patrono da Engenharia Sanitária

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o projeto do deputado João Paulo Papa (PSDB-SP), que declara Francisco Saturnino Rodrigues de Brito patrono da Engenharia Sanitária do Brasil. De acordo com Papa, o ideal de Brito era sanear todos os centros populacionais do Brasil. "Sem boas condições de higiene é impossível o progresso desses centros", costumava dizer o homenageado, segundo o deputado.

Papa citou editorial de 1912 de uma revista especializada em engenharia para defender a honra a Brito. Segundo o texto, a cidade de Santos era marcada "pelo estigma das epidemias dizimadoras" e se tornou uma cidade saneada, "recortada de grandes avenidas e semeada de jardins; com praias formosas". Francisco de Brito chefiou durante nove anos a Comissão de Saneamento de Santos. A comissão moldou a expansão urbana na zona da orla da cidade através da construção gradativa e sequencial de vários canais de drenagem.

O engenheiro sanitarista escreveu diversas obras técnicas



Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864 - 1929).

cas de saneamento que foram adotadas na França, Inglaterra e Estados Unidos.

Seu invento mais conhecido foi o tanque fluxível, utilizado no Brasil e em toda a Europa no século XX, que foi batizado, após a sua morte, de tanque fluxível tipo Saturnino de Brito. Foi eleito Patrono da Engenharia Sanitária Brasileira pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, por unanimidade. Como a proposta tramita em caráter conclusivo, o projeto segue agora para o Senado (Ag.Câmara).

Preço mínimo do frete leva em conta valor do diesel e dos pedágios

Votar a regulação dos preços mínimos do frete será uma das contribuições do Senado para pôr fim à greve dos caminhoneiros. Para isso, os senadores vão analisar o projeto do deputado federal Assis Couto (PT-PR)

A proposta pode ir direto ao Plenário em regime de urgência, conforme anunciou o presidente Eunício Oliveira. O relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que ainda não apresentou seu voto.

"Eu tenho o poder de pautar, mas não tenho o poder de decisão quanto ao mérito. Portanto, não há compromisso feito em relação ao resultado da votação. Já soube que há movimentação patronal, dos donos de empresas de transporte, contra a votação dessa proposta. Mas tenho um compromisso e vou pautar esse projeto", afirmou Eunício.

O projeto cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, mediante tabela elaborada semestralmente por órgão competente,



O projeto objetiva estabelecer condições razoáveis à realização de fretes no transporte rodoviário de cargas.

com valores por quilômetro rodado por eixo carregado e conforme a carga. Os parâme-

tros devem ser fixados sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano. Os preços mínimos

serão definidos levando-se em conta a oscilação e a importância do valor do óleo diesel e dos pedágios na composição dos custos do frete.

Até que o órgão competente do Poder Executivo edite a tabela com os valores mínimos, o projeto estipula o valor de R\$ 0,70 por quilômetro rodado para cada eixo carregado de carga geral e R\$ 0,90 para carga perigosa ou refrigerada. Ainda conforme o texto original da proposição, o processo de definição dos preços deve contar com a participação dos sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas, bem como dos representantes das cooperativas de transporte de cargas (Ag.Senado).

Câmara retoma votação sobre cadastro positivo

Na segunda-feira (28), o Plenário da Câmara terá sessões para concluir a votação do projeto sobre o cadastro positivo obrigatório. Os deputados precisam analisar os destaques apresentados ao texto-base aprovado no último dia 9. Os dois principais destaques, de autoria do PT e do Psol, pretendem manter o cadastro positivo como uma opção do consumidor e evitar o envio de informações financeiras aos gestores de banco de dados sem quebra de sigilo bancário.

O cadastro positivo já existe, mas é optativo. Com a obrigatoriedade proposta pelo substitutivo do relator, deputado Walter Ithoshi (PSD-SP), os gestores de bancos de dados terão acesso a todas as informações sobre empréstimos quitados e obrigações de pagamento que estão em dia. Esses dados serão usados para se encontrar uma nota de crédito do consumidor, que poderá ser consultada por interessados.

Os defensores da obrigatoriedade de participação argumentam que a medida ajudará a baixar os juros finais aos consumidores. Já os contrários dizem que o acesso aos dados aumentará a chance de vazamento de informações, caracterizando quebra de sigilo (Ag.Câmara).

Senado prioriza projeto sobre preço mínimo para transporte de carga

O Senado deve começar a discutir nesta semana o projeto aprovado no ano passado pela Câmara, e que define uma política de preços mínimos para o setor de transporte de cargas. A matéria está sob a relatoria do líder do governo, senador Romero Jucá (MDB-RR), na Comissão de Assuntos Econômicos, mas o relatório nem chegou a ser apresentado. A prioridade na matéria faz parte do acordo firmado entre caminhoneiros e o governo federal, do qual também participou o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Para dar celeridade à discussão, a ideia é que o texto seja analisado direto no plenário da Casa. "Assim que o líder do governo [Jucá] assinar o pedido de urgência, eu me comprometo a levar o projeto ao plenário", disse Eunício. No entanto, deixou claro que não se comprometeu com a aprovação do texto. "Há um compromisso em trazer o projeto para o plenário do Senado. Quero deixar claro: tenho o poder da pauta, mas não tenho o poder da decisão do mérito, quem tem poder na decisão mérito é o plenário, não há compromisso feito com o resultado da votação".

A assessora técnica da Comissão Nacional de Infraestrutura e Logística da CNA, Elisângela Lopes, condenou



A prioridade na matéria faz parte do acordo firmado entre caminhoneiros e o governo federal.

o texto. Segundo ela, a CNA, junto com outras 39 associações que representam produtores rurais, a indústria e comércio, posicionaram-se contra a proposta. "Entendemos que a aprovação desse projeto trará à iniciativa privada graves problemas para a economia brasileira como um todo, especialmente ao agronegócio".

Com base no estudo encomendado a uma consultoria, a entidade estima que com a aprovação do tabelamento de preços haverá aumento no custo rodoviário, por cadeia de produtos, de até 30%, no caso dos grãos. No caso de carga líquida, a estimativa de aumento no custo do frete é de 24%. Segundo a técnica da CNA, o problema não é o tabelamento do frete.

"Há outros problemas maiores que afetam o transportador de cargas. A carga tributária é um dos principais fatores que retiram a renda do transportador", avaliou. Ela questionou, por exemplo, como será feita a fiscalização dessa tabela.

Sobre as críticas, Eunício disse que elas vêm essencialmente da parte patronal e que o compromisso de votar a proposta será mantido. "Já soube que tem movimentação patronal. Os donos das empresas não querem a pauta desse projeto, mas há compromisso deste presidente e eu vou pautar. Se depender de extinguir a greve hoje da pauta desse projeto, podem extinguir a greve que a pauta está garantida" (ABr).

Comissão atualiza legislação de micro e pequenas empresas

Uma comissão especial da Câmara aprovou com alterações o projeto que aperfeiçoa os benefícios concedidos às micro e pequenas empresas. O texto atualiza os limites para enquadramento no Simples Nacional, facilita o financiamento das microempresas, regulamenta a devolução de tributos pagos e incentiva a criação de startups. O parecer aprovado pela comissão é um substitutivo do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) que aproveita pontos de dois projetos do deputado Jorginho Mello (PR-SC).

Conforme lembra Otavio Leite, só pode ser enquadrada no Simples a empresa cujo teto de receita bruta anual estiver numa faixa entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 4,8 milhões. "Na diferença de R\$ 1,2 milhão entre os R\$ 3,6 milhões e R\$ 4,8 milhões, incidem outros tributos, mas acabamos com isso. Coloca-



Otavio Leite: objetivo é permitir que as empresas cresçam e sejam tributadas de maneira justa.

mos tudo no teto como R\$ 4,8 milhões, para permitir que as empresas cresçam e sejam tributadas de maneira justa, sem um duplo regime de tributação que não faz sentido", explica o relator.

Com o parecer aprovado, deixa de haver dúvidas sobre o fato de que o transporte turístico de passageiros, sem limitação territorial, é alcançado pelo regime especial do Simples. O texto corrige a forma de tributação, pelo Simples, das empresas com atividades de fisioterapia ou terapia ocupacional. E os profissionais de educação física que exercem atividades de personal trainers voltam a ser classificados como microempreendedores individuais.

O substitutivo também inclui no Simples os serviços de imunização e controle de pragas urbanas (dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, descupinização, desratização, pulverização e similares). De acordo com o relator, trata-se de uma medida de justiça fiscal. A proposta ainda precisa ser votada no Plenário (Ag.Câmara).

Pena em dobro para publicidade infantil enganosa

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara aprovou proposta que duplica a pena para quem faz, promove ou divulga publicidade enganosa ou abusiva dirigida a criança. O texto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pela relatora, deputada Maria Helena (MDB-RR), que apenas promoveu ajustes no substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Segurança Social e Família.

O projeto original, do deputado Vinicius Car-

valho (PRB-SP), estabelece pena de detenção de 6 meses a 2 anos e multa apenas para quem patrocina publicidade enganosa ou abusiva dirigida a criança. A proposta modifica o Código de Defesa do Consumidor. Atualmente, essa norma prevê pena de detenção de 3 meses a 1 ano e multa e não diferencia se a publicidade é dirigida a criança ou não. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. Depois, seguirá para o Plenário (Ag.Câmara).

Acordo não vai levar a aumento de imposto

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse na sexta-feira (25) que os subsídios concedidos pelo governo à Petrobras para controle dos preços do combustível não serão custeados por aumento de impostos, garantiu. Segundo ele, R\$ 5 bilhões do Orçamento da União serão destinados para este fim. Para entrar em acordo com os caminhoneiros e encerrar a greve, o governo comprometeu-se a fixar os preços do diesel a cada 30 dias, levando em conta a redução imediata de 10% que também faz parte do acordo.

A Petrobras seguirá com a política de reajuste de preços atual e o governo vai pagar à companhia a diferença. Mesmo em uma situação de ajuste fiscal, em entrevista à Globo News, Marun defendeu a medida. "A Petrobras é um patrimônio do Brasil", afirmou. Apesar do acordo, o protesto dos caminhoneiros prosseguiu. Diante da situação, o presidente Michel Temer autorizou o uso das forças federais para retirar os caminhões das estradas.

Perguntado se o governo errou a não prever o início do movimento ou não diagnosticar sua força durante as negociações, Marun diz: "Não admito que governo Temer errou", e acrescentou: "Agimos em conformidade com a lei e com o Estado de Direito" (ABr).